

Legado clássico no Renascimento e sua recepção:

contributos para a renovação
do espaço cultural europeu

Nair de Nazaré Castro Soares,
Cláudia Teixeira (Coords.)

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

ANNABLUME

UMA EXPEDIÇÃO AO *ETHOS* DO PRESTE JOÃO

(An expedition to the *ethos* of Prester John)

LUÍS M. HENRIQUES (luduvicus.m@gmail.com)

Instituto Politécnico de Portalegre, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos
da Universidade de Coimbra

RESUMO – A Expansão ultramarina esteve na génese da literatura dos Descobrimentos que alcançou grande fulgor em meados do século XVI. Diante de uma nova geografia e de povos recém-descobertos, escritores, mas também viajantes, foram revelando à Europa notícias desses mundos exóticos. Assim sucedeu com a obra de Miguel de Castanhoso (1564): interveniente numa expedição militar ao Reino do Preste João, deixou-nos uma impressionante descrição, não só da campanha militar, mas também da geografia, da etnografia, da religião e da economia do reino abexim. Neste artigo, analisamos algumas dessas passagens que configuram aquele relato como uma comovente expedição ao *ethos* do Preste João.

PALAVRAS-CHAVE – historiografia; século XVI; descrição; Preste João.

ABSTRACT – The overseas Expansion was at the genesis of literature of Discovery as achieved great glow in the mid-sixteenth century. Faced with a new geography and newly discovered people, writers, but also travellers, were revealing to Europe news these exotic worlds. So was the case with the work of Miguel de Castanhoso (1564): actor in a military expedition to the Kingdom of Prester John, left us an impressive description not only of the military campaign, but also geography, ethnography, religion and economy the Abyssinian kingdom. This article analyzes some of these passages that make up that account as a moving expedition to the *ethos* of Prester John.

KEYWORDS – historiography; sixteenth century; description; Prester John

1. LITERATURA DOS DESCOBRIMENTOS

A Literatura dos Descobrimentos é praticamente coetânea do início da Expansão Ultramarina. Com efeito, a tomada de Ceuta, em 1415, converte-se logo em assunto principal tanto de uma crónica (1450) em língua vulgar da autoria de Zurara, como de uma outra, agora em língua latina (1460) para divulgação europeia, composta pelo italiano Mateus de Pisano.¹

Terá sido este o dealbar de uma literatura que, focando-se nas descobertas e nas conquistas, alcança grande fulgor, quer no seu recorte historiográfico, quer, sobretudo, na cifra e também na multiplicidade de géneros. Foi, essencialmente, desde meados do século XVI até bem entrado o século XVII, que esta literatura

¹ Cf. Cravo e Teixeira 1998: 649.

granjeia enorme repercussão dentro e fora de Portugal,² cobrindo géneros como a historiografia cronística e ultramarina, as narrativas épicas, as crónicas biográficas e panegíricas, a literatura náutica e de inspiração científica,³ entre muitos outros.

Ora, Descobrimento, como a própria palavra sugere, significa revelação, manifestação de uma geografia e de uma biosfera ocultas, contacto com povos de costumes e de religiões exóticas, até então, imaginária ou tenuemente conhecidos dos europeus. A fim de satisfazer a curiosidade de um público crescente e cada vez mais ávido de notícias dessas regiões, multiplicam-se os títulos de *Diário de Bordo*, *Roteiro*, *Relaçam*, *Enformaçam*, *Itinerário*, *Tratado*, *Crónica*, *História*, *Carta*, escritos, salvo exceções, não por escritores de formação, mas sim por viajantes ou testemunhas oculares dos acontecimentos narrados, em cujas páginas transparece o deslumbramento com as paisagens e com as culturas dos povos contactados, mais sedutores do que os ainda coevos romances de cavalaria.

1.1 A viagem

A viagem é um dos temas que marcam presença na literatura ocidental desde os seus alvares. Recordemos, na Antiguidade, as errâncias marítimas de Ulisses e de Eneias, bem como aqueles que, na Idade Média, divisam na viagem uma demanda metafísica, como Túndalo ou S. Brandão, só para citar alguns. Trata-se de viagens em que o real e o imaginário, o verdadeiro e o fabuloso se confundem, atenuam as fronteiras.⁴ Na medieva idade, determinantes foram também as deslocções dos religiosos para a definição da geografia de lugares sagrados, convertidos em locais de peregrinação, cujos itinerários foram percorridos pelos sequentes viajantes medievais. Muitos dos que trilhavam esses caminhos eram simultânea ou tão-só peregrinos em busca de santuários ou relíquias, mediadores de graças divinas.

Esses incomensuráveis périplos estão na génese dos chamados *livros de viagens medievais*, relatos que facultam uma incontornável visão do mundo de então. Trata-se de livros que primam por uma ausência clara de uma separação entre geografia e história, lenda e mito.⁵ Não raras vezes, os seus autores intercalam os respetivos relatos, com pequenos textos de carácter lendário, relacionados com figuras ou acontecimentos associados ao itinerário percorrido. Igualmente, assistimos também à descrição de portentos que viram ou de que ouviram falar, os *mirabilia*, cientes dos efeitos impressionantes que provocariam nos leitores.

² Cf. Saraiva e Lopes s/d: 285.

³ Cf. Ferreira 1993: 72 ss.

⁴ Cf. Buescu 1992:116.

⁵ Cf. Lopes 2005: 37.

Alguns desses relatos tiveram impacto na Península Ibérica, como o *Livro do Infante D. Pedro de Portugal* que narra a monumental viagem protagonizada por D. Pedro e doze companheiros, repleta de maravilhas e prodígios. Sobressai nele a pormenorizada descrição do Reino do Preste João, suserano de muitos reis, *rex regum et dominus dominatum*.⁶ Para além dos *mirabilia* que povoam os seus domínios, são igualmente impressionantes as referências à opulência dos paços do Preste: “Esta salla em que comeo o Preste Joaõ em mui rica: porque as paredes eraõ de ouro e azul, o telhado de cachos de ouro, o chaõ de pedras resplandecentes: e a taboa da meza diamantes”.⁷ A crença nestas e noutras maravilhas, bem como a exata localização do reino, só no século XVI puderam ser provadas pelos portugueses.

Todavia, a Expansão proporcionou aos europeus, a revisão da cosmovisão medieval, amplamente divulgada por livros de viagens de natureza descritivo-informativa. Nesta categoria, podemos incluir as obras de Álvaro Velho, Pêro Vaz de Caminha, Pe. Francisco Álvares, António Tenreiro, Frei Gaspar da Cruz, Frei Pantaleão de Aveiro, Pe. António de Andrade e outros mais, em cujas páginas perpassa a surpresa perante a novidade descoberta. Preside, na maioria dos casos, a estes relatos, o objetivo prático de informar, tanto leitores individualmente identificados, quer um público europeu, ávido de notícias sobre continentes e culturas descobertos. Tal pragmatismo não inviabiliza que as descrições tanto geográficas, como do aspeto físico, do vestuário, das práticas religiosas, das tradições e dos hábitos alimentares desses povos sejam de tal maneira impressionantes que seduziriam e continuam a seduzir os leitores atuais. Pela primeira vez, a Europa tem uma imagem fidedigna do Outro, construída com base na experiência, cujas culturas, crenças, costumes e governos excedem os conhecimentos legados por Gregos e Romanos.⁸

Ao contrário dos livros de viagens medievais, estes registos primam por um rigor e autenticidade descritivos, baseados na experiência dos acontecimentos vividos ou observados, tanto da natureza como da organização dos povos contactados. Experiência torna-se a palavra angular que define esta literatura dos Descobrimentos, bem sintetizada na frase Duarte Pacheco Pereira “a experiência é madre das coisas, por ela soubemos radicalmente a verdade”, de tal maneira que muito do que os antigos escreveram sobre o Oriente não passa de “fábulas”. Verbos sensitivos como *sentir* e sobretudo *ver* generalizam-se: “A mim, como testemunha de vista” escreve Garcia de Orta, acrescentando que “se sabe mais em um dia agora pelos portugueses do que se sabia em 100 anos pelos romanos”.

Por isso, os portugueses reclamam para si a veracidade dos relatos das suas viagens, diferentemente das fabulosas viagens da Antiguidade. A este tópico

⁶ Correia 2000:103.

⁷ *Livro do Infante D. Pedro de Portugal*, 16.

⁸ Cf. Ferreira 1993: 72 ss.

não foi alheio Camões, no momento em que afirma n’*Os Lusíadas* (5, 88-89) “a verdade que eu conto, nua e pura/ vence toda grandíloca escritura”, marcada por “fábulas vãs, tão bem sonhadas”.

2. UMA EXPEDIÇÃO MILITAR AO REINO DO PRESTE JOÃO

Desde finais do século XV, que os monarcas portugueses vinham estabelecendo relações diplomáticas com o Preste João, materializadas numa série de missões biunívocas, em que sobressaem nomes como Pêro da Covilhã ou o do embaixador arménio Mateus na corte de D. Manuel. Não surpreende pois que, em 1540, D. João III tenha ordenado ao governador da Índia D. Estêvão da Gama que enviasse uma força expedicionária em auxílio do monarca abexim, confrontado com uma violenta ocupação muçulmana do seu reino. Para a comandar, foi escolhido o jovem irmão do governador, Cristóvão da Gama, ambos filhos de Vasco da Gama, que, com 400 portugueses – quais 300 de Esparta – penetrou no território etíope no ano de 1541, e juntos venceram duas importantes batalhas, conquistaram pontos estratégicos, inverteram a situação e, apesar do martírio do capitão em 1542, evitaram o colapso iminente daquele reduto cristão. Esta invulgar expedição terminou em 1543.⁹

O relato desta inverosímil aventura chegou-nos pela pena de Miguel de Castanhoso, um dos 400 soldados que D. Cristóvão levou consigo. Chefiou, mesmo, uma capitania de 50 soldados arcabuzeiros cuja missão específica era escoltar a rainha Sabele Engel, mãe do Preste. Foi, pois, com o manuscrito dessa campanha que, em 1544, Castanhoso se apresentou diante de D. João III, procurando obter a compensação justa pelos seus trabalhos. Foi despachado com a comenda da Ordem de Cristo. Em 1564, o seu manuscrito alcançou a merecida impressão pela mão de um tipógrafo influente à época, João Barreira. A verdade é que Barreira não se terá limitado às suas funções de impressor, terá mesmo adicionado alguma erudição ao texto, modificando-o na descrição do martírio de D. Cristóvão. Introduziu-lhe ainda uma dedicatória ao descendente da casa dos Gamas, D. Francisco de Portugal, na qual demonstra um aturado conhecimento dos clássicos que não se coadunará com a chã narrativa dos feitos, de acordo com a opinião de alguns estudiosos. De maneira que o título de *História das cousas que o mui esforçado capitão Dom Cristóvão da Gama fez nos reinos do Preste João com quatrocentos portugueses que consigo levou* será também da responsabilidade de Barreira.¹⁰

2.1. O autor e a obra

Não cumpre aqui traçar o percurso biográfico completo de Castanhoso ou

⁹ Para mais informações sobre o itinerário e os pormenores desta expedição, veja-se Sousa 2008.

¹⁰ Cf. Lopes 2000: 48-75.

abordar as vicissitudes por que passou a transmissão desta narrativa histórica, uma vez que sobre estes assuntos existem estudos bem documentados.¹¹ Importa aqui apenas relevar alguns traços do estilo literário do autor, bem como destacar alguns aspetos diegéticos da obra.

A crítica especializada reconhece que a prosa histórica de Castanhoso é clara, objetiva e até expressiva, com descrições vivas e coloridas. No entanto, acrescenta também que o autor, ainda que vivendo numa época em que se faziam sentir os influxos do humanismo, não revela erudição tanto ao nível da trama sintática, privilegiando frases curtas em que abundam marcas de oralidade, como também não cita os clássicos, certamente por falta de formação literária. Ora, ainda que concordemos com esta análise, é nosso objetivo apresentar aqui uma leitura matizada desses mesmos dados.

É certo que a prosa de Castanhoso está longe da frase alatinada e liviana de João de Barros, do mesmo modo que não encontramos na sua *história*, longas alocações argumentativamente hierarquizadas. Contudo, parece-nos que devemos proceder a uma análise mais fina do seu razoado, para melhor avaliarmos o seu estilo historiográfico. Assim, em primeiro lugar, somos de opinião de que o autor, enquanto militar de carreira, terá compensado a sua incipiente formação em contexto, diríamos hoje, formal, através de leituras da historiografia antiga. O exemplo mais flagrante ocorre no momento em que o autor/narrador sobreleva o esforço que a coluna militar portuguesa despendeu, na transposição de uma zona montanhosa, relativamente aos trabalhos que Aníbal enfrentou na passagem dos Alpes.¹² Numa outra ocasião, refere-se à historiografia não só antiga, mas também coeva, facto que documenta o seu conhecimento na matéria. Na circunstância, para evidenciar a temeridade de D. Cristóvão da Gama no decurso de uma batalha, declara que o herói, mesmo ferido, continuou a lutar e a animar os seus, comportamento que “em histórias antigas e modernas não se acha que nenhum capitão fizesse” (15. 64). Por mais uma vez, ainda, há de voltar a referir-se aos livros de história, donde se pode concluir que, de facto, Castanhoso efetuara leituras de historiografia, nomeadamente de obras que narram feitos militares. É, porém, na construção do carácter da personagem de D. Cristóvão da Gama, que divisamos os seus conhecimentos da historiografia clássica.

Com efeito, a construção do carácter do líder da expedição, D. Cristóvão, segue um programa que se ajusta perfeitamente ao ideal do general-soldado legado pela historiografia clássica. O arquétipo deste ideal é Agamémnon, o herói homérico que alia às capacidades de comando de um exército, a excelência do combate. Este paradigma do general-soldado acabou por ser assimilado

¹¹ Cf. Lopes 2000.

¹² Cf. *História...*, cap. 8.

e modelado pela historiografia greco-romana sequente, de tal maneira que personagens como Ciro, o Velho, Aníbal, Júlio César ou Juliano são reconhecidamente modelos de general-soldado da Antiguidade. À cabeça deste catálogo, aparece, destacadamente, a figura de Alexandre Magno, personagem que melhor encarna o papel de general-soldado.¹³

Ora, o comportamento heroico de D. Cristóvão manifesta-se tanto pela ação (*res*), como pelas suas palavras (*uerba*). Na ação, pois, tal como na historiografia antiga, não só desempenha a função de general, quando ordena as tropas, como também, enquanto soldado, é sempre primeiro a arrostar com o inimigo. Já através das palavras, uma vez que, ao longo do relato, existe a referência à pronúncia de duas *epipoleis*. Trata-se de um discurso militar que remonta à épica homérica, proferido exclusivamente por um general, enquanto passa revista às tropas e que denuncia a máxima inter-relação entre o general-soldado e a heroicidade, pois é aqui que se manifesta, em toda a sua plenitude, o comportamento valoroso do general, no caso, D. Cristóvão.

Finalmente, o autor/narrador conta que, depois das batalhas, D. Cristóvão ia às tendas visitar os feridos e sucedia que, por vezes, realizava os curativos, substituindo no exercício o cirurgião. Tal atitude é análoga àquela que Alexandre Magno e Marco António praticaram na Antiguidade.

Se o autor não possuía os dotes de prosador exímio, soube compensar esse alegado défice, imprimindo vivacidade no seu relato, intercalando-o com dramáticas descrições de batalhas e de outros episódios patéticos, como o martírio do herói, quer ainda da atuação exemplar das suas personagens, capazes de seduzirem e comoverem os seus leitores. Quer dizer, Castanhoso compreendeu que em pleno século XVI, a obra histórica, à imagem da Antiguidade, não era apenas um seco repositório de factos, mas, tocada pela retórica, era também uma composição em que os mecanismos de intertextualidade, imitação e alusão desempenham um papel determinante.¹⁴ Enfim, Castanhoso, enquanto homem do Renascimento, conjugou habilmente a sua experiência de combatente e de testemunha direta nos acontecimentos narrados, com os conhecimentos que adquirira na leitura da historiografia antiga, elaborando uma obra histórica que, em estilo chão, foi certamente capaz de *delectare, docere et mouere* os seus leitores.

Pelo exposto, se compreende que uma parte significativa desta obra esteja preenchida com o relato dos feitos militares praticados por D. Cristóvão e pelos 400 portugueses na campanha militar que decorreu na Abissínia, ao longo de quase três anos, cujo objetivo era libertar o território cristão do Preste João da ocupação muçulmana e restituir a liberdade ao seu povo. É um relato

¹³ Sobre o ideal do general-soldado na historiografia clássica, veja-se Carmona Centeno (2014). Sobre a receção deste modelo pela historiografia portuguesa de Quinhentos, veja-se Henriques (2014).

¹⁴ Cf. Iglesias Zoido 2008: 20.

apaixonante de façanhas militares que justifica o título de *História das cousas que o mui esforçado capitão Dom Cristóvão da Gama fez nos reinos do Preste João com quatrocentos portugueses que consigo levou.*

Ainda que a finalidade da obra seja perpetuar a gesta portuguesa na Etiópia, o autor/narrador fez questão de nos legar impressivamente um descrição deste reino cristão, da sua geografia, da fauna, da flora, do seu povo e da sua peculiar prática cristã, bem como dos seus costumes, uma vez que a expedição o levou a interna-se no âmago do reino, percorrendo um longo itinerário de centenas e centenas de léguas. Viajante e observador incansável, transmite-nos informações muito apreciadas à época, tanto por humanistas sedentos de culturas diferentes, como do público letrado europeu, sobre o mítico Reino do Preste João. Não deixa, pois, de se poder integrar esta obra na literatura de viagens. Uma viagem ao *ethos* do Reino do Preste João.

3. UMA EXPEDIÇÃO AO *ETHOS* DO PRESTE JOÃO

3.1. Geografia

A característica geográfica mais saliente do Reino do Preste João e amplamente vincada pelo narrador é orografia áspera de grande parte do território que dificultava as comunicações entre as diferentes regiões, particularmente na estação das chuvas, época que obrigava os exércitos a prolongados acantonamentos. Diversas são, assim, as passagens em que o narrador alude às adversidades geográficas daquele território, inimigas da progressão terrestre de um contingente militar, composto por tropas, animais de carga, e também carros. Logo que a falange portuguesa inicia o percurso para o interior do reino, a fim de se juntar ao Preste, o narrador afirma que muitas vezes os soldados eram obrigados a descarregar dos animais, artilharia e munições e a levá-las às costas em longas caminhadas, devido aos “passos serem ásperos” (2.17).

Acossada pelos inimigos invasores, a rainha-mãe, Sabele Engel, e o seu séquito haviam-se refugiado numa serra que é “a mais forte que há nesta terra, nem em outras muitas cuida que se poderia achar outra tão forte nem tão frágil” de tal maneira que o narrador a compara com uma fortaleza que “parece ser feita por mão de Deus” (6. 27). Sublinhe-se o visualismo descritivo e impressivo da paisagem. Fora esta natural cidadela alcantilada que permitira que a rainha e as suas aias permanecessem a salvo das repetidas investidas do rei de Zeila, capitão do exército muçulmano, denominado *o Canhoto* pelos portugueses. Na verdade, mãe e filho não se encontravam juntos, já que, pela ocupação e guerra movidas pelos muçulmanos, o Preste, desbaratado numa batalha, se havia recolhido numas serranias bem situadas no interior do reino. De sorte que a rainha, assim que soube da chegada dos aliados portugueses ao sopé da montanha, em cujo cume se aquartelara, “de muito contente” ordenou à sua guarda que deixasse subir dois capitães portugueses. Ora, já sabemos que se trata de uma escarpada

montanha, mas a descrição da ascensão destes homens até ao reduto da rainha é manifestamente comovente. Numa primeira etapa, os militares tiveram de subir por um caminho muito estreito. Vencida esta fase, “deitaram-lhe de cima umas correias de couro muito fortes e em elas atado um grande cesto, em que bem podia caber um homem” (5. 25). Foi, pois, à vez que, içados no cesto, os dois capitães chegaram junto da rainha!

Esse imanente esforço hercúleo despendido pelos portugueses para vencerem a tenebrosa orografia da Etiópia atinge a sua expressão máxima na descrição da passagem de uns montes, a sul de Gundet. Como os carros não podiam transitar por aqueles altos e fragosos cumes, D. Cristóvão ordenou que os desmantelassem e transportassem às costas a pesada artilharia. Durante três dias, aqueles poucos homens suportaram pacientemente tal fardo e avançaram, imaginamos nós, por gargantas estreitas que espreitam abismos intimidativos. Tão arriscada passagem leva o narrador a compará-la, com vantagem para os portugueses, com a passagem dos Alpes por Aníbal. O passo é de tal maneira impressionante que o transcrevemos aqui:

“Chegámos a uma serra mui alta e tão comprida que cerca todos aqueles campos (...) E D. Cristóvão, vendo que os carros não podiam ir atrás nem adiante, mandou-os desfazer cada peça por si e toda a artilharia, a qual subimos às costas peça e peça. (...) Tardámos três dias em subir esta serra acima, com tudo o que trazíamos; e com tanta fadiga e imenso trabalho, que, se fora no tempo em que se fazia menção deles, se pudera escrever deste nosso tanto como dos trabalhos que Aníbal passou na passagem dos Alpes; porque, para quão poucos éramos, muito mais fizemos em a subir em três dias que Aníbal todo seu arraial em um mês.” (8. 39).

Ultrapassada esta tenebrosa provação, a rainha concluiu que não havia gente mais corajosa do que os portugueses.

Num relevo acidentado, e por questões de defesa, algumas cidades estavam edificadas nos planaltos. As casas eram brancas, cobertas por açoteias, “eirados à mourisca” (8. 59). Nas faldas das montanhas, correm abundantes cursos de água que, caudalosos no inverno, se assumem como mais um obstáculo à progressão das capitánias portuguesas. Por vezes, era necessário cortar madeira para construir almadias e improvisar velas com couros disponíveis, para transpor espingardas e pólvora.

São estes rios que matizam a aridez do território e que tornam possível a agricultura e a criação de gado nos campos adjacentes. Para levar os seus leitores a verem “com os olhos” os quadros que descreve, o narrador estabelece comparações com a paisagem natural ou edificada de Portugal. Assim sucede na descrição do rio Tagazem que é “tão poderoso como o Tejo de Portugal” (18. 78).

Sedutor e exótico para os europeus é o debuxo que faz do lago Abavi, hoje Tana, fonte do Nilo Azul, o maior lago da Etiópia. É certamente uma das primeiras, senão a primeira descrição feita por um europeu deste lago em altitude.¹⁵ Impressionam o narrador, mas também o leitor, as suas dimensões, já que “se não vê a terra de uma parte a outra”, de tal maneira que os abexins asseveravam que seriam necessários dez dias para percorrer o seu perímetro. Realidade e fantasia, a relembra as descrições dos portentos dos livros de viagens medievais, cruzam-se no momento em que o narrador se detém no bosquejo das alimárias que fazem deste lago, o seu habitat. É certo que elefantes e rinocerontes já não eram desconhecidos em Portugal, pelo menos desde o tempo em que D. Manuel os oferecera a Leão X. Damião de Góis escreve mesmo na *Crónica...* que o *Felicíssimo* patrocinara um espetáculo inusitado em Lisboa, ao colocar aquelas duas espécies em duelo! Porém, aqui a novidade é requestada pelos “cavalos-marinhos”, ou seja, hipopótamos, que, segundo a maneira hiperbólica como são apresentados, seriam ainda desconhecidos dos europeus. Trata-se de mais um trecho de pleno de visualismo e de comparações para impressionar os leitores:

“E neste lago se criam umas alimárias, que dizem que são os cavalos-marinhos, e são tão grandes como cavalos e da feição e cor de elefantes; e têm a cabeça muito comprida em demasia, com a boca muito grande, com muitos dentes, assi por baixo como por cima, como serpentes; e na queixada de baixo, têm dous dentes ou colmilhos muito grandes. E, quando abre a boca, é cousa para espantar, porque verdadeiramente que um homem de geral estatura, tendo-lhe os pés na queixada de baixo não chegará com a cabeça à queixada de cima, e pela boca caberão dous homens juntos. E estas alimárias são fora de água e vão ao campo a pascer erva e rama como cabras e se vêem gente, fogem para o lago; e são tantas as alimárias que aqui andam que, quando nadam, cobrem a água e alevantam a cabeça e deitam pela boca grandes gorgolões de água para cima.” (18. 107)

3.2. Etnografia

Castanhoso, enquanto autor/narrador, observa também os usos e os costumes dos abexins, focando, contudo, com especial interesse, aqueles com quem mais privara, isto é, a família real e os cortesãos.

A rainha Sabele Engel divide o protagonismo com D. Cristóvão. Efetivamente é ela que, desde o início da narrativa, acompanha o capitão português em todo o seu périplo. Por diversas ocasiões, o narrador se fixa na silhueta desta fascinante mulher. A primeira informação é a de que o seu nome caldeu significa Isabel do Evangelho, comprovando que a religião que professava era o Cristianismo. Já a sua primeira aparição junto do arraial

¹⁵ Cf. Lopes 2000: 99.

português surge envolta num misto de mistério e de sumptuosidade, facto que terá causado grande impressão no público intra e extratextual. Esta focalização externa centra-se nos aspetos pictóricos que, valorizados por uma adjetivação expressiva, evidenciam a finura dos tecidos que cobriam a rainha. Para mais adensar a curiosidade dos observadores, o narrador afirma que não era possível admirar a beleza do seu rosto, já que, coberta por um esparavel, apenas deixava entrever os olhos. Como se depreende, sobressai desta descrição também o plano seguido pelo narrador, do geral para o particular: o corpo, a cabeça, para terminar nos olhos. Trata-se de um belo quadro que, em certa medida, contraria o estilo simples do seu autor:

“(..) pusemo-nos em duas fileiras, ficando-nos a rainha no meio com todas suas mulheres; a qual vinha em uma mula parda muito formosa, toda coberta de seda até o chão, com grandes operlandas, e vinha ela e a mula dentro em um esparavel, coberta toda, e assim caminhava, que a não via ninguém, senão quando ela queria, que mandava abrir uma porta do esparavel. Ela vinha vestida de panos brancos da Índia mui delgados, e em cima um bedém, de cetim pardo como flores e ramos de ouro, e a cabeça trazia toucada à maneira portuguesa, e embuçada com uma touca muito fina, que lhe não parecia mais que os olhos.” (6. 29)

A beleza da rainha capta a atenção do narrador e, presumimos, da soldadesca, a ponto de até um certo erotismo a rodear, como sucedeu na celebração do Dia de Reis, em que, obedecendo ao respetivo ritual litúrgico, “toda coberta com panos que a não podiam ver, se meteu na água despida e se banhou” (9.42) numa ribeira, cuja água fora previamente benzida por um patriarca. Não surpreende que o rei de Zeila tivesse, por diversas vezes, tentado aposar-se desta vistosa mulher.

Personagem secundária desta narrativa é o Barnagais (aportuguesamento de Bahr nagax), capitão do Preste e governador da província do Tigré, que, desde que os portugueses desembarcaram no porto de Massuá, no Egito, os conduziu e acompanhou em todas as movimentações e batalhas em território abexim. Ora, no dia em que a rainha foi apresentada solenemente ao exército português, também o Barnagais se vestiu a rigor, sobressaindo o exotismo da sua figura guerreira. Facto relevante é o aspeto consuetudinário do desfile, já que, ao governar a rédea da mula em que seguia a rainha, o mesmo Barnagais lhe demonstrava obediência, sucedendo o mesmo se na montaria seguisse o Preste:

“E o Barnagais, senhor desta terra, vinha a pé, despido da cinta para cima, com uma pele de leão ou de tigre em cima dos ombros, à maneira de vestidura de clérigo, com o braço direito fora; e desta maneira levava a rainha pela rédea, porque é costume onde o Preste ou a rainha entram, levá-los de rédea o senhor da terra desta maneira que digo, em sinal de obediência.” (6. 30)

O vestuário é, como se vê, um dos elementos que mais captam a atenção do narrador. Nesta mesma cerimónia, a rainha vinha ladeada por duas altas figuras da nobreza, dois marqueses que cumulativamente desempenhavam também as funções de azais, ou seja, juízes, cuja indumentária rica e excêntrica para um europeu é minuciosamente descrita:

“E a maneira de seu vestir ninguém o pode trazer senão eles, e por ele são conhecidos; e são umas camisas compridas até o chão, e em cima marlotas aquarteladas de seda de suas cores até o chão, com dous palmos de rabo por detrás que parecem de mulheres, e estas marlotas atadas pela cinta com tafetás e sobre elas vestem bedéns muito finos e ricos.” (6. 30)

Após esta cerimónia de conhecimento mútuo, D. Cristóvão, a rainha-mãe e respetivas unidades militares iniciam um périplo, a fim de reunirem ao Preste João. Porém, o narrador tem o cuidado de afirmar que, de todos os que compunham o séquito da rainha, alguns permaneceriam naquele inexpugnável local que parecia ter sido construído pela mão de Deus. De facto, naquela montanha, continuariam o seu filho segundo e duas filhas “muito formosas”, tutelados pela avó dos infantes.¹⁶ Adiante, o narrador esclarece esta precaução. Assim, num reino de monarquia hereditária, era costume, logo à nascença, que os príncipes segundos fossem recolhidos naquela serra, onde eram criados de acordo com o seu estatuto, sem nunca dali poderem descer, nem conhecer outras regiões, salvo se o primogénito, que acompanha o rei, morrer. Nessa circunstância, o segundo na linha de sucessão é tomado, continuando os restantes, contudo, naquele exílio dourado. Só abandonam aquele espaço, no momento em que o herdeiro casar, tiver filhos e assumir a coroa do reino, por morte de seu pai. Verificadas estas condições, saem finalmente os infantes daquele refúgio, indo para os senhorios que lhes estão destinados. Trata-se de uma atitude que visa evitar as conspirações do povo, uma vez que este, na sua má índole, “por qualquer escândalo que tivessem do herdeiro, tendo um destes infantes fora, se alevantariam com ele” (6.28), depondo certamente o primeiro. Este procedimento cauteloso parece estar de acordo com os conselhos de Maquiavel¹⁷ n’*O Príncipe*, no capítulo intitulado “De que modo se deve evitar ser desprezado e odiado”, no ponto em diz que “um príncipe deve ter em pouco as conspirações, quando o povo lhe seja favorável; mas, que, quando este lhe seja hostil e o tenha em ódio, deve temer tudo e todos”.¹⁸

Por outro lado, a corte do jovem Preste João, Galavdevos de seu nome, tinha assomos ainda medievais, pois era itinerante, deslocando-se ao longo do território

¹⁶ Cf. *História...*, 6. 26.

¹⁷ Cf. Lopes 2000: 117.

¹⁸ Maquiavel, *O Príncipe* (19.90).

de acordo com as possibilidades climatéricas. Era uma corte que reunia mais de “cem mil almas” (28.113), entre pessoal militar, nobres e serviçais. Sempre que assentava o seu arraial, acudiam a ele, os pobres das regiões próximas, para os quais mandava armar tendas, dar de comer e de vestir. Na verdade, era “tanta a abastança por onde o Preste anda” que os mantimentos chegariam para outros tantos que a ele acorressem. Tal como a sua mãe, também o Preste andava sempre de rosto coberto, só o mostrando ao povo, no dia da Exaltação da Santa Cruz.

Já aqui aludimos ao facto de o narrador entender que o povo não era de fiança. Com efeito, muitos foram os etíopes que, durante a ocupação muçulmana, se aliaram ao invasor, para depois, expulsos os inimigos, terem vindo pedir clemência ao Preste, tendo, sobre isso, o narrador afirmado “se vieram para o Preste com suas desculpas ruins de povo desleal” (28. 113). Para além desta característica, os abexins eram também supersticiosos. Havia mesmo entre eles a crença numa profecia muito antiga, segundo a qual, antes que o reino se perdesse, “eles haviam de ser remidos por umas gentes brancas, de mui longes partidas, os quais eram verdadeiros cristãos, e que estes haviam de tirar de cativo a Etiópia do poder dos inimigos” (7. 34) de sua santa fé. Isto mesmo vinha escrito na carta que o Preste enviara a D. Cristóvão, um mês após a chegada deste àquele território. Quer dizer, o Preste via nos portugueses o cumprimento daquela profecia. De maneira que, durante os três anos da estada, sempre que os portugueses levavam a melhor numa batalha considerada insuperável, logo os etíopes, mormente a rainha, viam efetivamente nesse transe, a realização da predição, dando, por isso, muitas graças a Deus. Com efeito, numa ocasião em que, num ápice, D. Cristóvão e os seus aniquilaram alguns mouros numa escaramuça, a rainha declarou “que verdadeiramente éramos homens enviados por Deus, e que já nenhuma cousa lhe parecia impossível a nós outros.” (12. 53)

3.3. Religião

A religião dominante no reino do Preste era o Cristianismo. Há estudiosos que defendem a presença do Cristianismo na Abissínia desde tempos bem recuados, desde o século IV.¹⁹ Abundantes são também os estudos²⁰ que analisam a evolução e idiosincrasia desta religião naquele espaço mítico, de maneira que aqui tão-só nos vamos deter na análise das práticas litúrgicas cristãs abexins transmitidas pelo narrador. Em todo o caso, advertimos que se trata de um Cristianismo primitivo, mesclado de influências judaicas e também islâmicas, longe, portanto, da ortodoxia romana. Para esse conservadorismo muito terá contribuído o isolamento orográfico da Etiópia.

¹⁹ Cf. Almeida 1999.

²⁰ Cf. Lopes: 2000: 103-110.

Assim, o narrador descreve comovidamente as diversas festas litúrgicas, como o Natal, o Dia de Reis, a Páscoa, a Exaltação da Cruz, as missas, as procissões, as confissões, a austeridade do jejum, mas também as impressionantes igrejas monolíticas e os mosteiros de frades. Dada a impossibilidade de atender a todos estes aspetos, selecionamos alguns dos mais impressionantes.

O Natal de 1541 assume-se como uma celebração ecuménica. Ainda que portugueses e abexins, inicial e separadamente, tenham celebrado segundo os seus rituais, a verdade é que terminaram juntos a festejarem o Natal. Assinale-se, ainda, que durante a celebração dos portugueses, a rainha-mãe saiu da sua tenda e, ocultamente, veio observar a cerimónia portuguesa:

“E Dom Cristóvão mandou armar uma tenda grande e nela um altar com um retábulo (...) e as matinas foram muito solenes para em tal terra, porque tínhamos charamelas e sacabuxas, frutas trombetas e atabales. E esta noite, nos confessamos todos, e à missa do galo recebemos o santo sacramento. E a tudo isto a rainha estava olhando da sua tenda, que defronte estava da nossa, mui espantada de ver nossos costumes, parecendo-lhe mui bem (...) para ver melhor saiu da sua tenda mui secretamente (...). E desta maneira que digo andou olhando tudo. Este mesmo dia celebraram eles a mesma festa e vieram muitos frades de toda a comarca (...). Assi que todos juntos celebrámos o nascimento, com toda a festa e solenidade que puderam.” (8.38)

De igual modo, portugueses e abexins participaram comunitariamente na procissão do Domingo de Páscoa de 1543, “e todos os portugueses iam armados, atirando muitos tiros com os arcabuzes e com a artilharia que tomámos aos mouros, e com outros engenhos de pólvora (...), com o qual o Preste muito folgou, e mostrou grande prazer de nos ver fazer tanta festa em tal dia.” (26. 109)

Impressiva e imágética é a descrição que é feita dos austeros jejuns da família real e dos nobres durante o período pascal. Qualquer leitor europeu não ficaria indiferente ao quadro seguinte:

“Se vestem de dó, e estão sempre na igreja até o desencerramento, sem comer nem beber, com grande abstinência. E a maneira do seu jejum é muito grande, porque não comem cousa que padeça morte, nem leite, queijo, ovos, manteiga, nem bebem vinho; de maneira que nestes dias de jejum não comem senão pão de trigo, e grãos, tudo junto amassado, e disto fazem pão, e comem ervas, assi como acelgas, bredos, couves cozidas com azeite que fazem de uma semente como de alegria, porque de oliveiras o não há. (26. 108)

Nenhum pormenor escapa ao foco do narrador. Emotivas eram também as missas, sempre cantadas, presididas por dois diáconos, sendo a hóstia de um trigo muito escolhido, “e fazem um bolo tão grande em forma de barro, e nela uma cruz no meio, e de redor umas letras em caldeu, que são as da sacra; com

o qual bolo comungam todos os frades e os que ajudam à missa e os que estão confessados para isso.” (26. 108)

Aos domingos, a família real e os fidalgos confessam-se e comungam, do mesmo modo que, na igreja, têm hábitos de higiene certamente superiores ao que se observava em Portugal, “não cospem na igreja, e para isso levam um pano ou lenço em que cospem, porque é muito tachado (censurado) entre eles”. Todas as cerimónias litúrgicas, como no dia da Ressurreição, bem como as procissões são sempre solenizadas com muitos e descomunais círios e tochas “que verdadeiramente em Portugal nem em Castela não podiam ir mais”, porque o mel é “infinitíssimo” e se dá por todos os campos.

Impressionantes aos olhos dos europeus, pela sua grandeza e solidez, eram os templos e os mosteiros abexins. Neste particular, as igrejas monolíticas provocam a estupefação do narrador, bem nítida nas descrições impressivas que interpõe na narrativa dos feitos. Trata-se de igrejas talhadas num único bloco de pedra, com naves e abóbadas, sem a inserção de qualquer elemento estranho àquela mole maciça. Várias destas igrejas encontram os portugueses nos campos de Iartafe:

“(…) e cada igreja era de uma só pedra, lavrada ao picão por dentro, e eram largas como as nossas de Espanha, de duas naves muí altas, com seus esteios e abóbada, tudo de uma pedra, sem outro pedaço nenhum, e com um altar-mor e outros altares da mesma pedra (...) sem em todo o corpo da igreja haver cousa enxada de fora, mas tudo feito de uma mesma rocha maciça.” (28. 114)

Como se observa neste excerto e amiúde em toda a obra, para melhor apreensão das descrições por parte dos leitores, o narrador estabelece comparações com realidades análogas peninsulares. Estas igrejas monolíticas são tão grandes “como São Francisco da cidade de Évora, em Portugal; e isto é assi como digo”. (28. 114)

3.4. Economia

Envolto numa aura de riqueza, os portugueses vieram afinal a verificar que o reino do Preste era pobre, com regiões “ásperas”, pontuadas por escarpadas montanhas, que relegavam a prática de uma agricultura de subsistência para a proximidade de rios e de lagos. É, pois, nas margens férteis destes caudalosos cursos de água que se fixaram cidades e aldeias de lavradores. Aí, cultivam trigo e cevada, milho, favas, lentilhas e grão, dedicando-se ainda à criação de gado, como cabras e galinhas. Os rios proporcionam igualmente abundantes pescarias, assumindo-se, porém, o mel, como já referimos, como um dos alimentos que integram, sem parcimónia, a dieta dos abexins. Pese embora a aridez de grande parte do território, a verdade é que o narrador se refere, por mais de uma vez, à abundância de mantimentos da terra, afirmando “ que é impossível tomar-se por fome nem por sede”. (6. 28)

Não existem oficiais mecânicos no reino, de maneira que não ocorrem referências a indústrias artesanais. O passo mais significativo que ilustra a ausência destes profissionais sucede no momento em que foi necessária a construção de carros para levar artilharia e munições, uma vez que tiveram de ser os portugueses a cortar e a serrar a madeira, “por os da terra não terem engenho para nada” (7. 34), declara o narrador.

Era, portanto, em termos de desenvolvimento económico, um reino de traça medieval.

4. CONCLUSÕES

Esta expedição militar foi igualmente uma expedição ao *ethos* do Preste João. Em pleno século XVI, aquele reino era governado por um monarca exaurido pelo esforço de guerra, com um reduzido e arcaico poderio militar e de dimensão geográfica muito mais limitada do que se pensava. Ocupado por um inimigo insolente, estava igualmente sujeito a dissensões intestinas que lhe debilitavam a autoridade. As suas riquezas auríferas estavam tão depauperadas que os sobreviventes portugueses recusaram as parcas ofertas para permanecerem no território, desejando mais as mercês do rei de Portugal. O mito do reino opulento chegava ao fim.

Através da pena de Castanhoso, viajámos até e pelo reino do Preste João. A viagem surge simbolicamente associada ao conhecimento e assim os leitores da época tal como os de hoje, podem contactar com uma das regiões que mais despertavam mistério e exotismo. Relato testemunhal, claro e impressivo, o narrador captou a atenção do leitor com suas *ekphrasis* plenas de *enargeia*. Não podemos, pois, categoricamente afirmar que Castanhoso não teria cultura humanista, só porque não cita abundantemente os clássicos e o seu estilo, embora expressivo e comovente, não seja erudito à maneira de João de Barros. Era seguramente um homem da sua época, do Renascimento, em linha com outros seus contemporâneos, que observava com atenção o Outro oriundo dos longínquos territórios recentemente descobertos.²¹ Não se trata do extraeuropeu próximo, mas daquelas remotas paragens que durante séculos tinham preenchido fantasiosamente o imaginário medieval.

A obra de Castanhoso alcançou enorme recetividade por parte de historiadores da época, como João de Barros, mas também por parte de Gaspar Correia e Diogo do Couto, chegando estes últimos a integrarem o manuscrito nas suas narrativas.²² Mas também entre os séculos XVII e XIX e até já no século XX, muitos foram os autores que continuaram a aceder à Etiópia pela narrativa expedicionária de Castanhoso.

²¹ Cf. Lopes 2013: 780.

²² Cf. Lopes 2000: 248.

Foi, portanto, através deste experiente escol de homens que a supina Europa quinhentista se deslumbrou com realidades longínquas, com o exotismo de animais e de paisagens, mas também com os povos e as suas culturas. É também através do contraste Eu/ Outro que a Europa se reconheceu e descobriu também a si mesma, tanto nas suas virtuosidades como nas suas fraquezas.

BIBLIOGRAFIA

PRIMÁRIA

- Camões, L. de (s/d, 3ª ed.), *Os Lusíadas*. Porto.
- Castanhoso, M. (1988), *História das cousas que o mui esforçado capitão Dom Cristóvão da Gama fez nos reinos do Preste João com quatrocentos portugueses que consigo levou*. Lisboa.
- Maquiavel, N. (1999), *O Príncipe*. Lisboa.
- Santo Estêvão, G. (1767), *Livro do Infante D. Pedro de Portugal, O qual andou as sete paridas do mundo*. Lisboa.

SECUNDÁRIA

- Almeida, A. (1999), *Da demanda do Preste João à missão jesuíta da Etiópia: a Cristandade da Abissínia e os portugueses nos séculos XVI e XVII*. Lisboa.
<http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/4380> (15/01/2015)
- Buescu, M. (1992), *Literatura Portuguesa Clássica*. Lisboa.
- Carmona Centeno, D. (2014), *La escena típica de la epipolexis. De la épica a la historiografía*. Roma.
- Correia, M. (2000), *As viagens do Infante D. Pedro*. Lisboa.
- Cravo, C. e Teixeira, C. (1998), “Bello Septensi (Excertos, n. 4 e 5)”, *Humanitas* 50: 649-686.
- Ferreira, M. (1993), *Literatura dos Descobrimentos e da expansão portuguesa*. Lisboa.
- Henriques, L. (2014), “O capitão-soldado na historiografia portuguesa de Quinhentos”, *Talia Dixit* 9: 47-71.
- Iglesias Zoido, J. C. (2008), “Retórica e Historiografia: La Arenga Militar”, in J. C. Iglesias Zoido (ed), *Retórica e Historiografia: el discurso militar desde la Antigüedad hasta el Renacimiento*. Madrid, 19-60.
- Lopes, O. e Saraiva, A. J. (s/d, 16ª ed.), *História da Literatura Portuguesa*. Porto.
- Lopes, M. T. (2000), *A Etiópia na obra de Miguel de Castanhoso*, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Lopes, P. (2005), *Viajar na Idade Média – A visão ibérica do Mundo no Livro do Conhecimento*. Lisboa.
- (2013), *Um agente português na Roma do Renascimento. Sociedade, quotidiano e poder num manuscrito inédito do século XVI*. Lisboa, 778- 848.
- Sousa, L. (2008). *Campanha da Etiópia 1541-1543 – 400 portugueses em socorro do Preste João*. Lisboa.

(Página deixada propositadamente em branco)

EPÍSTOLA DE ANDRÉ DE RESENDE A D. FR. GASPAR DO CASAL.
BREVE APONTAMENTO TURÍSTICO-GASTRONÓMICO
(André de Resende's *Epistle to D. Fr. Gaspar do Casal*. A brief touristic and
gastronomic note)

VIRGÍNIA SOARES PEREIRA (virginia.soarespereira@gmail.com)
Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho

RESUMO – No conjunto das cartas de André de Resende, a Epístola a D. Fr. Gaspar do Casal, bispo de Leiria, distingue-se das restantes por conter, na parte final, um excurso sobre lugares a visitar na região e uma sugestão gastronómica: magem grelhado, acompanhado de um bom vinho da colheita do prelado. Depois de enquadrar historicamente a epístola, atentaremos em particular nesse breve excurso final.

PALAVRAS-CHAVE – André de Resende, Gaspar do Casal, século XVI, epistolografia humanística, concílio de Trento, erasmismo.

ABSTRACT – Among André de Resende's letters, Epistle to D. Fr. Gaspar do Casal, Bishop of Leiria, distinguishes from the others because it contains, in its final lines, a kind of rotary excursus about sites to visit and a gastronomic suggestion: grill of mugil and a good wine from bishop's vine. After situating the letter historically, we will pay particular attention to its final excursus.

KEYWORDS – André de Resende, Gaspar do Casal, XVI century, humanistic epistolography, Council of Trent, Erasmism.

Já Paul Van Thieghem, no seu conhecido estudo sobre a literatura latina do Renascimento publicado no distante ano de 1944, chamou a atenção para o particular interesse (literário e histórico-cultural) de que se reveste o conhecimento da produção epistolar dos humanistas. Escreveu ele: “Les lettres latines des humanistes et de leurs contemporains restent les monuments peut-être les plus intéressants de cette abondante littérature.”¹ É bem verdade que “o Renascimento fez da epístola um género essencial para a comunicação espiritual e científica”, como afirmou J. Huerta Calvo.² O mesmo se pode dizer a respeito do uso da epístola por André de Resende. Na esteira da tradição clássica e

¹ Van Thieghem 1944 1966: 220. Opinião semelhante expenderam muitos outros estudiosos do Renascimento, como P. O. Kristeller 1985: 345, que sublinha duas qualidades essenciais da epístola humanística: a elegância estético-formal e a variedade e espontaneidade do seu conteúdo.

² García Berrio e Huerta Calvo 1999: 226. Para uma compreensão ampla da tradição clássica da epistolografia e das características da arte epistolográfica em geral, bem como do valor e do uso da epístola em verso no Humanismo Português, veja-se Saulo Neiva 1999: 37-58.

humanística, uma parte considerável da sua produção escrita é constituída por um significativo número de epístolas (umas em verso, outras em prosa, a maior parte em latim, algumas em vernáculo) dirigidas a amigos ou a destinatários com interesses histórico-culturais afins. São cartas de uma grande diversidade temática e tipológica, desde cartas prefaciais, cartas-dedicatórias, ou cartas-tratado (que no geral explanam matérias de fundo histórico “com muytas erudiçoens”, como escreveu Leitão Ferreira) – a chamada carta erudita –, a cartas elegíacas, a cartas de elogio ao destinatário pela qualidade da sua obra, ou ainda cartas a solicitar opinião sobre determinado assunto ou a responder a solicitações idênticas.³

Uma tal predileção do Eborense pela comunicação epistolográfica, comum à de tantos humanistas portugueses e europeus, justifica-se plenamente tendo em atenção as diversificadas potencialidades expressivas deste género literário, que teve em Cícero, Séneca e Plínio-o-Moço, na carta em prosa, e em Horácio e Ovídio, na epístola em verso, os seus principais cultores. Como sublinhou Muñoz Martín: “La carta es capaz de potenciar el mismo mensaje objectivo por la naturaleza de su propia estrutura, que integra la presencia a pesar de la ausencia, autorrepresentación, expresión de amistad, consejo y amonestación persuasiva.”⁴

De todas estas potencialidades encontramos reflexos na carta de Resende de que vamos tratar, a epístola poética a D. Fr. Gaspar do Casal com 114 hexâmetros dactílicos, intitulada *L. Andr. Resendii Epistula ad Reuerendum in Christo patrem D. Gasparem Casalem, Episcopum Leirenensem*. Neste artigo, começaremos por fazer a contextualização histórica da epístola, procedendo depois ao comentário dos versos finais (vv. 80-114), com edição do texto latino e tradução destes mesmos versos.⁵

1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Tanto o destinatário quanto o autor da epístola foram, no seu tempo, figuras do maior relevo intelectual e prestígio social. D. Fr. Gaspar do Casal (Santarém, 1510 – Coimbra, 1584), Bispo de Leiria de 1557 a 1579, fora antes bispo do Funchal e virá depois a ser bispo de Coimbra. Ao delinear o perfil biográfico,

³ Na “Bibliografia Resendiana – Parte II (catálogo Alfabético)”, que complementa as *Notícias da Vida de André de Resende*, da autoria de Fr. Leitão Ferreira, registam-se (pp. 310-322) perto de cinquenta epístolas do humanista eborense. Sobre os principais tipos de cartas resendianas, veja-se Pereira 2002: 275-293.

⁴ Muñoz Martín 2002: 208-209.

⁵ A carta integra o volume intitulado *L. Andr. Resendii Carmen Endecasyllabon ad Sebastianum regem serenissimum*, Olisipone, 1567 [Res. 158 – 1 – V], ff. 42-45]. Utilizei a versão digitalizada da Biblioteca Nacional. Os versos transcritos estão de acordo com as modernas orientações relativas à edição de textos em latim, isto é, seguindo a ortografia clássica restaurada.

intelectual e cultural deste prelado, Saul António Gomes⁶ escreveu: “bispo que podemos situar, na linha do antecessor [sc. D. Brás de Barros], no grupo dos clérigos e intelectuais reformadores saídos de ordens religiosas mendicantes protagonistas da reforma religiosa católica em Portugal. [...] Teólogo, pregador e confessor de D. João III, esteve presente nas sessões conciliares do terceiro período de Trento (sessões XXI a XXV), que teve início no dia 18 de janeiro de 1562, participando na elaboração dos cânones, em 20 de Abril de 1562, sobre a residência episcopal e, em 20 de julho desse ano, na preparação dos cânones doutrinários atinentes ao santo sacrifício da missa.” Da sua participação na terceira fase do Concílio de Trento, que só abriu a 18 de janeiro de 1562, dão larga conta as atas conciliares e os muitos historiadores, escritores, biógrafos e teólogos que, nas mais variadas circunstâncias, fazem o elogio das suas intervenções. Interveio nas questões do valor sacrificial e propiciatório da Ceia de Cristo e da Missa, da Comunhão sob as duas espécies, do sacramento da Ordem, da autoridade dos bispos em relação ao Papa e da doutrina do Matrimónio.⁷ Como se verá, esteve também presente no Sínodo Provincial reunido pelo Arcebispo-Cardenal D. Henrique, em Lisboa, 1566.

André de Resende (Évora, c. 1500 – 1573), por sua vez, é uma das figuras mais proeminentes do humanismo renascentista em Portugal. Frade dominicano desde menino, fez os seus estudos em Alcalá, Salamanca, Paris e Lovaina. Regressado ao país, repartiu a sua atividade entre Lisboa, Coimbra e Évora, foi pregador do rei D. João III, e mais tarde do cardeal D. Henrique, e foi mestre dos infantes D. Afonso e D. Duarte, entre outros nobres. Em resultado do exercício destas funções, que reclamavam a sua presença constante na corte, trocou o hábito (bem contra vontade) pelas vestes de padre secular, embora nunca tenha deixado de se sentir frei dominicano.⁸ Foi teólogo, orador e pregador, arqueólogo, historiador, biógrafo, hagiógrafo, gramático, epistológrafo, poeta. Produziu uma obra vasta, com mais de cento e cinquenta títulos, redigida na sua maior parte em latim. Personalidade

⁶ Gomes 2001: 77 (s. u. “Diocese Leiria-Fátima”). Sobre a participação de Gaspar do Casal na terceira fase do Concílio de Trento, vd. Castro 1961: 751-752.

⁷ Vd. Castro 1961: 751-752. Da competência e ampla ciência filosófica e teológica do Bispo falam também os seus próprios livros, a maior parte dos quais veio a lume, precisamente, no último ano do Concílio.

⁸ No seu testamento, cuja última versão data de 1 de dezembro de 1573, Resende deixou exarada a sua vontade de ser sepultado no mosteiro de S. Domingos, “levando-me os padres no hábito da Ordem com que me criei, o quall eu nunqua engentey, mas fizeram-mo leixar”; estas palavras constam do testamento, que foi transcrito (de cópia de certidão autêntica) por Fr. Leitão Ferreira e completado por Braancamp Freire, nas “Notícias da vida de André de Resende”, no vol. IX do *Arquivo Histórico Português*, pp. 223-229. A ligação de Resende a esta Ordem é visível também no facto de, entre outras doações, deixar parte da sua livraria ao mesmo mosteiro, como afirma no referido testamento (p.227): “Digo, que por quanto a traz tenho dito, que deixo os meus livros de teologia, e filosofia, e exposição da Escripura ao moesteiro de Sam Domingos desta cidade [sc. Évora]”.

multifacetada, culturalmente ‘estrangeirado’, “português pelo sentimento e europeu pelo espírito de renovação”⁹, Resende participou nos grandes debates da época e sentiu vivamente os problemas causados à Igreja pelos movimentos de reforma que grassavam no norte da Europa. Alguns desses problemas virão a ser tratados com certa desenvoltura (por assim dizer erasmiana) no *Aegidius Scallabitanus*, um longo diálogo sobre a vida de Fr. Gil de Santarém que, talvez por prudência, deixou inédito. Entre os temas tratados nesta obra que trazem as marcas da influência de Erasmo no espírito de Resende contam-se: a questão do ciceronianismo e a defesa (na linha, aliás, do que sustentaram muitos padres da Igreja) da ideia de que a retórica pagã não era incompatível com a religião cristã; a autoria do *corpus Areopagiticum* e a possível identificação do Areopagita com S. Dinis de Paris; algumas questões de natureza teológica e religiosa, nomeadamente: o problema da justificação – um tema espinhoso que dividia então a Cristandade e pusera em confronto declarado Lutero, com o seu *De seruo arbitrio*, e Erasmo, com o seu *De libero arbitrio*, e que por isso mesmo fora debatido em Trento, em 1546; o culto dos santos, a crença no valor das relíquias, a definição de milagre e o papel da oração vocal – um conjunto de temas difíceis e embaraçosos (pois todos esbarravam com as posições menos ortodoxas de Erasmo), que seria inevitável não abordar num diálogo humanista em torno da vida de um santo; por fim, considerações sobre o estado da Igreja, criticada pela atribuição de cargos eclesiásticos a indivíduos sem preparação para tal. Ora esta matéria confina com parte da carta a Fr. Gaspar do Casal,¹⁰ sensivelmente contemporânea da redação do *Aegidius Scallabitanus*, que, como foi dito, ficou inédito.¹¹

O motivo próximo da carta em apreço terá sido o regresso do Bispo de Leiria à sua diocese, depois de alguns anos de ausência, para retomar as suas funções episcopais. Essa ausência fora motivada e justificada pela participação do Bispo, na qualidade de teólogo, nas sessões do terceiro período do Concílio de Trento¹², em 1562-1563, e, a seguir, no Sínodo Provincial de Lisboa, presidido

⁹ Crespo 1934: 71.

¹⁰ Refiram-se os vv. 26-38, que recorrem a uma linguagem de forte cunho crítico, e até sarcástico, para definir a atitude de pastores que, por contraposição à do bom pastor, apenas pensam no lucro e agem como lobos para com o seu rebanho. Termos como *alienarum custos* (v. 26, ‘guardador de bens alheios’), *mercedi intentus* (v. 27, ‘preocupado com o lucro’) ou, mais fortes ainda, os versos 36-39: *Vellere lanitium, pecudem deglubere curat. / Dumque modo inuito spument mulctralia succo, / ore capistrato ieiunia perferat agnus* (‘Trata de tosquiar a lã, esfolar o gado. É até que os tarros se encham, agora, de leite, a contragosto, o cordeiro, com a cabeça açaimada, aguenta a fome’).

¹¹ Para uma análise aprofundada dos temas aqui elencados e da sua notória marca erasmista, veja-se Resende 2000: 159-228 (‘Caminhos e descaminhos dos excursos’).

¹² Em suma, foi a seguinte a cronologia dos passos de D. Gaspar do Casal: partiu para o Concílio depois de 3 de abril de 1561, tendo chegado a Trento a 11 de julho. Saiu de Trento, na companhia do arcebispo de Braga, em 8 de dezembro de 1563, chegando a Leiria nos princípios do ano de 1564. Participou no Sínodo provincial de Lisboa, em dezembro de 1566, reunido pelo arcebispo de Lisboa para pôr em prática as decisões de Trento, e, mais tarde, no de 1574.

pelo Arcebispo, o Cardeal D. Henrique, em 1566. Apesar de não estar datada, a carta deve ter sido escrita, segundo Leitão Ferreira, neste ano de 1566, em que se celebrava em Lisboa o referido Sínodo.¹³ Dá-se ainda a circunstância de o Eborense, neste mesmo ano, se encontrar também presente no Sínodo de Lisboa, com a missão de redigir em latim as atas das sessões. Compreende-se, pois, que tenha querido saudar D. Frei Gaspar do Casal mediante uma carta-poema em latim, dada à estampa em 1567, na qual elogiava o amigo e manifestava grande apreço pelas suas ideias sobre a questão da residência dos bispos e a necessidade de rever o modo de vida dos sacerdotes, de costumes relaxados e pouco consentâneos com a dignidade e as obrigações pastorais do cargo.

2. COMENTÁRIO

Leitão Ferreira, nas suas preciosas *Notícias da vida de André de Resende*,¹⁴ dá em poucas linhas uma espécie de resumo interpretativo do conteúdo da carta, afirmando que Resende procura consolar D. Fr. Gaspar do Casal, de quem era muito amigo, que se lamenta por estar demasiado tempo afastado da sua Igreja e do seu rebanho, não apenas durante o período em que participou na terceira fase do Concílio de Trento (1561-1563), mas também por ocasião do Sínodo de 1566. Defendendo embora a obrigação que incumbe aos Bispos de residirem na sua diocese, junto das suas ovelhas, nas Igrejas de que são Pastores, procura convencer o Prelado de que não é culpado dessa longa ausência e passa a elogiar a qualidade das suas intervenções no Concílio¹⁵ e da sua obra escrita (vv. 51-61). Prossegue, depois, esta carta consolatória, lembrando-lhe que em breve regressará a Leiria, onde poderá estar de novo junto da comunidade que dirige e rever os lugares que fazem da região um espaço de grande interesse e, sendo possível, de descanso.

Como se depreende deste resumo, a epístola consta essencialmente de três momentos: o primeiro, relativo aos deveres do bispo para com a sua comunidade; o segundo, respeitante ao elogio do Bispo de Leiria, quer na forma como defendeu as suas ideias em Trento, quer no modo como administrava os bens eclesiásticos; o terceiro e último diz respeito aos encantos da terra e do mar da diocese sob sua jurisdição, e às delícias associadas a um dia de descanso, dedicado à pesca. Pode dizer-se que a carta conjuga dois dos três “géneros” epistolares enunciados por Cícero na famosa Carta a Curião (*Fam.* 2. 4), o severo-grave, na primeira parte, e o familiar-jocoso, nos versos finais. Não obstante, é a Horácio, no conteúdo

¹³ A este Sínodo fazem referência os vv. 62-63 da carta: *Et modo Olyssaeam quum conuenistis ad urbem / Pontifices aetate graues, virtute colendi.*

¹⁴ Ferreira 1910: 185.

¹⁵ A dificuldade da aprovação da obrigação de residência dos bispos, pela qual Gaspar do Casal interveio empenhadamente no decurso das sessões, resultava do facto de que quer os reis católicos, quer D. João III, “Todos se mostravam muito ciosos na administração dos altos benefícios eclesiásticos” (Barbosa 1991: 25).

e na forma das suas epístolas, que a carta de Resende vai buscar as suas raízes. Como se sabe, no poeta venusino, epístola e sátira têm afinidades indiscutíveis. Além disso, como escreve Muñoz Martín (2002: 209) a este propósito: “La carta horaciana contenta amistad, testimonio personal, crítica social y moral, adoctrinamiento, aunando todo ello con una perfección formal adecuada al *sermo*, que hizo de ella un modelo sin igual.”¹⁶

Não é propósito deste breve apontamento comentar a componente doutrinária da epístola, ainda que relevante. Comentarei da carta apenas a parte final, esta espécie de roteiro que regista os lugares que o bispo poderá e quererá, por certo, rever quando regressar à sua cidade episcopal. Diga-se, no entanto, que os versos relativos à mencionada componente doutrinária tratam de questões que afligiam aqueles que pretendiam a reforma eclesiástica e moral da Igreja, os quais condenavam os luxos em que viviam muitos “pastores” e insistiam na necessidade de reformar o comportamento da Igreja, vinculando os sacerdotes às comunidades que estavam sob a alçada do seu múnus pastoral. Estas questões tinham sido objeto de acesos debates, desde 1545 a 1563, no concílio de Trento e tiveram o intuito de, propondo uma reforma geral da Igreja, responder aos ataques reformistas, protestantes, do norte da Europa, cujos vultos maiores tinham sido Lutero e Erasmo.

Não era a primeira vez que André de Resende manifestava o seu desagrado pela situação da Igreja neste capítulo, tanto mais que na sua juventude fora fervoroso adepto das ideias reformadoras de Erasmo.¹⁷ Em dois sermões, um proferido em 1534, no Sínodo de Évora, e o outro trinta anos mais tarde, em 1565, também no Sínodo diocesano de Évora, Resende formula aceradas críticas à situação dos responsáveis pelo “rebanho” de Cristo, os bispos e sacerdotes que não cumpriam a missão a que estavam obrigados, agindo mais como bispos palacianos do que como pastores de almas.¹⁸ Também no *Aegidius Scallabitanus* a questão da acumulação de benefícios eclesiásticos é trazida a terreiro, para ser criticada, quando, a respeito do facto de Gil, ainda jovem, ser cônego de três igrejas e prior de duas, um dos interlocutores, Luís Pires, comenta não ser de admirar o que se passa *corruptissimo hoc nostro saeculo*, em que é geral a *sacrorum mercatura*, e cita o caso de um português residente em Roma, um tal António Bárbaro, que tem vinte e oito igrejas a seu cargo. Todavia, como replica Resende,

¹⁶ O recurso, por parte de Resende, ao verso hexamétrico é igualmente um tributo ao modelo horaciano, que se serve deste tipo de verso tanto na sátira como na epístola.

¹⁷ Veja-se André de Resende 2000: 217-220, sobre o estado da Igreja, e 220-226, sobre o erasmismo de Resende.

¹⁸ Sobre estes dois sermões, veja-se Isaías da Rosa Pereira, 1993: 185-201. Para um conhecimento muito aprofundado das ideias expendidas por Resende no sermão de 1534, veja-se muito especialmente Sebastião T. Pinho, 2006: 153-182. Uma tradução do sermão de 1534, da autoria de Miguel Pinto de Meneses, encontra-se em Matos 2000: 237-269. A respeito das mudanças decorrentes do vasto esforço de renovação espiritual, moral e religiosa que atravessou o tempo dos humanistas, veja-se Rodrigues 1981: 168-169.

é melhor não falar do assunto, pois o braço sinodal reunido em Trento está a olhar para abusos como este.¹⁹

Em evidente contraste com as referidas preocupações de índole doutrinária, a carta apresenta, na parte final (vv. 80-114), uma feição claramente festiva e epicurista, com Resende a incitar o bispo a animar-se (está abatido por se encontrar há tanto tempo longe das suas ovelhas, como foi dito) e a exortá-lo a apreciar, quando estiver de regresso à sua Leiria, não só os espetáculos proporcionados pela natureza – como o extraordinário mar revolto do litoral leiriense –, mas também a rever espaços de memória, relacionados com os campos (de Aljubarrota, esclarece Leitão Ferreira) onde se defrontaram os exércitos castelhanos e portugueses, ou a percorrer espaços arqueológicos, como as ruínas de *Collipo*, isto é, de Leiria. A acrescer a tais encantos, Resende sugere também ao bispo que dedique algum tempo de descanso a uma atividade muito do seu agrado, a pesca, que possa culminar num repasto de peixe grelhado, regado com bom vinho. Esta referência ao vinho justifica que a epístola termine com um inesperado e divertido louvor ao licor de Baco, pela capacidade que este tem de favorecer a inspiração poética. Mais. Numa *boutade* final, de marcado registo clássico, Resende não se inibe de dizer que o vinho das cepas do Bispo é mais espirituoso e inspirador da poesia do que a própria fonte de Hipocrene...

Este passo, de certo modo inesperado atendendo à gravidade da carta e do destinatário, documenta plenamente uma característica do estilo compositivo do Eborense: a sua tendência para a digressão e para o humor.²⁰ Na verdade, exemplos deste tipo de excursos abundam na obra do humanista de Évora, como abundam as digressões histórico-filológicas e outras, mais ou menos divertidas, com que vai ampliando e esmaltando o seu discurso, segundo uma estratégia que lhe permite evitar a monotonia de um discurso monotemático, a que era por natureza avesso. É o que acontece no já várias vezes referido *Aegidius Scallabitanus*, uma biografia de Fr. Gil que é interrompida, a cada passo, por excursos de mais diversa índole, ora sérios, ora jocosos.²¹ Trata-se, sem sombra de dúvidas, de um traço característico do jeito resendiano de escrever, que tem o propósito e o gosto de amenizar o discurso – o que aqui se exprime mediante um contraste de temas, entre o sério e o jocoso, apenas possível numa correspondência entre amigos.

¹⁹ Sobre este passo resendiano, veja-se *Aegidius*, p. 313 e notas ao passo.

²⁰ Vide Crespo 1934: 57, que não deixou de observar esta tendência resendiana, motivado pela descrição que Resende fez de Vila Viçosa: “Este sentimento da natureza, este bom gosto de emoldurar na gravidade dos hexâmetros quadrozinhos de paisagem campestre, aguarelas de cores meigas, reluzindo entre a severidade do assunto principal, é em Resende uma digressão predileta, que ele não se esquivava a intercalar sempre que o lugar o peça.”

²¹ A respeito desta característica digressiva, a que se prestam em especial o diálogo e a carta, veja-se Resende 2000: 159-228 (“Caminhos e descaminhos dos excursos”). É no *Aegidius* que Resende se refere aos excursos como “amoeniara orationis deuerticula”, ‘digressões bem agradáveis do discurso’ (Resende, 2000: 569).

3. TEXTO E TRADUÇÃO

L. Andr. Resendii Epistula ad Reuerendum in Christo patrem D. Gasparem Casalem, Episcopum Leirenensem (versos finais, vv. 80-114)

(...) <i>Age, sume remissum</i>	80
<i>sume animum, refer aspectu te sideris almi.</i>	
<i>Finieris ubi rem, de qua coiistis, abito,</i>	
<i>Leirenamque fuga celeri pete, sancta revise</i>	
<i>templa Dei matris subrecta condita rupe,</i>	
<i>ciuibus obtutusque tuos cupientibus offer.</i>	85
<i>Munia tunc repetes animo firmatior, isto</i>	
<i>intermissa gemis quae tempore languidus, atque</i>	
<i>nostro etiam studio si delectare, ruinas</i>	
<i>euersae poteris uel Colliponis adire,</i>	
<i>vel quo Hispanorum centum oppetiere coortes</i>	90
<i>in Lusitanos bella importuna gerentum.</i>	
<i>Aut si quando uoles suetum laxare rigorem,</i>	
<i>et proferre diem paulo genialius, ibis</i>	
<i>quo mare vicinum, comploso gurgite, montes</i>	
<i>uoluit aquae et spumante salo per litus inerrat,</i>	95
<i>rursus it in sese sparsasque recolligit undas,</i>	
<i>litoreaegue retro rediens lauat aequor arenae.</i>	
<i>Ingruit hinc aliis, aliosque reciprocatur aestus,</i>	
<i>atque oculis praebet spectacula mira, Deique</i>	
<i>ad sapientis opus mentis contollit acumen.</i>	100
<i>Inde paludicolis saeta insidiatus et hamo</i>	
<i>piscibus, ire diem nimis orbe querere citato.</i>	
<i>Nam neque uerriculo tanta est neque rete uoluptas,</i>	
<i>quanta tremente uorax quum pendet arundine mugil,</i>	
<i>adque manum trahitur saliente rubecula cauda.</i>	105
<i>Margine dein stagni, mollique recliuis in herba,</i>	
<i>ad mensam a prunis praedam remeare iubebis,</i>	
<i>non sine Baccheio generosi palmitis haustu,</i>	
<i>cuius ut illa ferax regio est, ita nobilis ipsa</i>	
<i>de uini bonitate sui cui cuncta precari</i>	110
<i>prospera sum solitus, quum a te uenit amphora nostrum</i>	
<i>quae ciet ingenium, stimulatque in carmina longe</i>	
<i>promptius ac melius, quam turba abstemia collis,</i>	
<i>surda mihi, Aonii, toto cum fonte Medusae.</i>	

Carta de André de Resende ao Reverendo em Cristo D. Fr. Gaspar do Casal, Bispo de Leiria (vv. 80-114)

(...) *Vamos, anima-te,* 80
anima o teu coração abatido, reconforta-te à vista do céu da terra-mãe.
Quando tiveres concluído o assunto que vos fez congregar em assembleia,
apressa-te a partir
e dirige-te em célere fuga para Leiria, revisita o sagrado templo
da Mãe de Deus, alcandorado num rochedo escarpado,
e apresenta-te diante os cidadãos que anseiam ver-te. 85
Então retomarás de ânimo mais firme o teu múnus, interrompido
durante esse tempo que tu de certo modo deploras, e,
se também te deleitas com a minha paixão,²² poderás ir ver
as ruínas da derruída Collipo²³,
ou os lugares onde cem coortes hispánicas baquearam, 90
quando moveram dura guerra contra os Lusitanos.
Ou então, se algum dia te apetecer abrandar o costumado rigor,
e passar um dia um tanto mais descontraído, irás aonde
o mar, próximo, num abismo estrondoso, montanhas 95
de água revolve e, em rebentações de espuma, se espraia pelo litoral,
de novo volve sobre si e recolhe as ondas dispersas,
quando, voltando atrás, a planície de água banha a areia da costa.
Daqui recrudescem com outras vagas tempestuosas, em fluxos e refluxos,
e oferece ao olhar admiráveis espetáculos, obra de Deus
sapiente para a qual eleva a penetrante inteligência da mente. 100
E depois de armar, para os peixes da lagoa, uma rede com linha e anzol,
lamentarás que o dia tenha passado em passo veloz.
É que não há tanto prazer em qualquer rede,
como quando o voraz mugem pende da cana
*e é puxado para a mão com a cauda avermelhada a saltar.*²⁴ 105
Depois, à beira da lagoa, e reclinado na erva macia,
ordenarás que tragam a presa, das brasas para a mesa,
não sem um gole de Baco de uma generosa vide,
de que aquela região é fértil, tanto quanto é conhecida

²² Com o termo *studium* alude Resende à sua conhecida paixão pela pesquisa arqueológica, com a qual procurava comprovar as suas teorias sobre a origem romana de muitos sítios.

²³ Nome latino de Leiria, na opinião de Resende e segundo os escólios de Diogo Mendes de Vasconcelos às *Antiquitates Lusitaniae* de André de Resende. Mas Alarcão (1988: 47) defende que *Collipo* corresponde a S. Sebastião do Freixo, como lembra Rosado Fernandes (1996: 217).

²⁴ A linguagem poética de Resende não é suficientemente explícita para situar os locais aqui referidos. Mas Leitão Ferreira, interpretando estes versos resendianos, entende que o bispo poderá visitar “a Casa de Nossa Senhora da Nazaré”, as ruínas da antiga *Collipo*, os “célebres campos de Aljubarrota, semeados de proezas e triunfos”, as praias “do mar da Pederneira” e “os passatempos das suas pescarias”, com que o prelado se deleitava.

*pela qualidade do vinho;²⁵ é meu costume rogar para ela
toda a prosperidade, quando me envias uma ânfora,
que desperta o meu engenho e me incita a compor poemas,
de forma muito mais rápida e melhor do que a turba abstémia da montanha
da Aónia²⁶, que não me escuta, juntamente com a nascente inteira de
Medusa.²⁷*

²⁵ Resende apreciava a qualidade dos bons vinhos portugueses, chegando a caracterizar e elogiar alguns num longo poema em latim (872 vv.) editado em Bolonha, em 1532, intitulado *Genethliacon*, composto para celebrar os grandiosos festejos, na presença de Carlos V, do nascimento do príncipe D. Manuel, filho de D. João III, em Bruxelas. O poema foi editado novamente e traduzido, em boa hora, por António Guimarães Pinto. Vejam-se, dedicados aos vinhos então servidos, portugueses e de outras regiões, os vv. 419-475.

²⁶ *Aonius*, 'da Aónia', nome mítico da Beócia, onde se situava o monte Hélicon, o monte consagrado a Apolo e às Musas. A estes se refere o poeta com a expressão "turba abstémia".

²⁷ A nascente de Medusa, isto é, a fonte Hipocrene (do gr. *Hippocrene*, 'fonte do cavalo'), a famosa nascente que terá brotado, no monte Hélicon, da terra ferida pelos cascos do cavalo Pégaso, filho de Medusa (umas das Górgonas).

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, J. (1988), *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins.
- Almeida, F. (1968), “Portugueses no Concílio de Trento”, in *História da Igreja em Portugal*, II. Lisboa, 519-549.
- Barbosa, D. S. (1991), “Portugal em Trento – Uma presença discreta”, *Lusitania Sacra* 3: 11-38.
- Castro, J. (1961), “Os Portugueses em Trento”, *Lumen* 25: 739-762.
- Crespo, F. (1934), “André de Resende, humanista e poeta latino”, *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa, vol. II: 50-72.
- Ferreira, F. L. (1910), “Notícias da vida de André de Resende”, in *Arquivo Histórico Português*, IX.
- García Berrio, A. y Huerta Calvo, J. (1999), *Los géneros literários: sistema e historia*. Madrid.
- Gomes, S. A. (2001), s. u. “Diocese Leiria-Fátima”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 3. Lisboa, 74-81.
- Kristeller, P. O. (1985), *Studies in Renaissance Thought and Letters*, 2. Roma.
- Muñoz Martín, M. N. (2002), “Humanismo y Epístola en verso en André de Resende”, in *Cataldo & Resende (Congresso Internacional do Humanismo Português)*. Lisboa, 207-218.
- Neiva, S. (1999), *Au nom du loisir et de l'amitié. Rhétorique et morale dans l'épître en vers en langue portugaise au XVI^e siècle*. Paris.
- Pereira, I. R. (1993), “Os sermões de André de Resende nos sínodos de Évora de 1534 e de 1565 e as falas de Francisco de Melo no Sínodo de 1534”, in *Humanismo Português na Época dos Descobrimentos. Actas*. Coimbra, 185-201.
- Pereira, V. S. (2002), “As cartas-prefácio de André de Resende”, in *Cataldo & Resende (Congresso Internacional do Humanismo Português)*. Lisboa, 275-293.
- Pinho, S. T. (2006), “André de Resende e o Cardeal-Infante D. Afonso: Em torno do sermão pregado no Sínodo de Évora em 1534”, in Idem, *Humanismo em Portugal*, vol. I. Lisboa, 153-182.
- Polónia, A. (2005), *O Cardeal Infante D. Henrique: Um prelado no limiar da viragem tridentina*. Porto.
- Resende, A. (2000), *Aegidius Scallabitanus, Um diálogo sobre Fr. Gil de Santarém*, Estudo introdutório, edição crítica, tradução e notas de Virgínia Soares Pereira. Lisboa.
- Resende, A. (2000), (Sermão de 1534) *Vocate Coetum, Congregate Populum* (Leitura Diplomática do texto latino e versão portuguesa de Miguel

- Pinto de Meneses), in Matos, M. C. (Ed.), (2000), *Algumas obras de André de Resende, vol. I (1531-1551)*. Lisboa, 237-269.
- Resende, A. (1996), *As Antiguidades da Lusitânia*. Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa.
- Rodrigues, M. A. (1981), “Do humanismo à contrarreforma em Portugal”, *Revista de História das Ideias* 3: 125-176.
- Van Thieghem (1994) (1966), *La Littérature Latine de la Renaissance. Étude d’Histoire littéraire européenne*. Genève.